



CBM-BA
Curso de Formação de Oficiais (CFO)

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos: verbais extraídos de livros e periódicos contemporâneos; mistos (verbais/não verbais) e não verbais; textos publicitários (propagandas, mensagens publicitárias, outdoors, etc).....	1
Nomes e verbo. Flexões nominais e verbais.....	3
Advérbio e suas circunstâncias de tempo, lugar, meio, intensidade, negação, afirmação, dúvida, etc	7
Palavras de relação intervocabular e interoracional: preposições e conjunções	8
Frase, oração, período. Elementos constituintes da oração: termos essenciais, integrantes e acessórios. Coordenação e Subordinação	11
Sintaxe de colocação	19
Concordância	21
Regência	23
Crase	26
Formas de discurso: direto, indireto e indireto livre.....	27
Semântica: sinonímia, antonímia e heteronímia	31
Pontuação e seus recursos sintático-semânticos	34
Acentuação.....	38
Ortografia.....	41
Diferença entre redação técnica (oficial) e redação estilística e suas respectivas características	42
Correspondência oficial: conceito e tipos de documentos. Diferença entre ofício e memorando	44
Questões	59
Gabarito.....	65

LÍNGUA INGLESA

Compreensão de textos verbais e não-verbais.....	1
Substantivos: Formação do plural: regular, irregular e casos especiais	4
Gênero. Contáveis e não-contáveis	11
Formas possessivas dos nomes. Modificadores do nome.....	14
Artigos e Demonstrativos: Definidos, indefinidos e outros determinantes. Demonstrativo de acordo com a posição, singular e plural	18

SUMÁRIO



Adjetivos: Grau comparativo e superlativo: regulares e irregulares. Indefinidos	23
Numerais Cardinais e Ordinais	28
Pronomes: Pessoais: sujeito e objeto. Possessivos: substantivos e adjetivos. Reflexivos. Indefinidos. Interrogativos. Relativos	30
Verbos (Modos, tempos e formas): Regulares e irregulares. Auxiliares e impessoais...	34
Modais	38
Two-word verbs	47
Voz ativa e voz passiva	50
O gerúndio e seu uso específico	52
Discurso direto e indireto	53
Sentenças condicionais	55
Advérbios: Tipos: frequência, modo, lugar, tempo, intensidade, dúvida, afirmação	59
Expressões adverbiais	62
Palavras de relação: Preposições. Conjunções	68
Derivação de palavras pelos processos de prefixação e sufixação	71
Semântica / sinonímia e antonímia	76
Questões	77
Gabarito	81

MATEMÁTICA

Lógica Matemática: Proposições. Valores lógicos. Operações e propriedades. Negação. Sentenças abertas e quantificadores	1
Conjuntos numéricos: Números Naturais, Inteiros, Racionais, Reais e Complexos (forma algébrica e forma trigonométrica). Operações, propriedades e aplicações	8
Sequências numéricas, progressão aritmética e progressão geométrica	30
Álgebra: Expressões algébricas	34
Polinômios: operações e propriedades	38
Equações polinomiais e inequações relacionadas	45
Funções: generalidades. Funções elementares: 1º grau, 2º grau, modular, exponencial e logarítmica, gráficos. Propriedades	54
Sistemas lineares, Matrizes e Determinantes: Propriedades, aplicações	77
Análise Combinatória: Arranjos, Permutações e Combinações simples, Binômio de Newton e Probabilidade em espaços amostrais finitos	91
Geometria e Medidas: Geometria plana: figuras geométricas, congruência, semelhança, perímetro e área	100
Geometria espacial: paralelismo, perpendicularismo entre retas e planos, áreas e volumes dos sólidos geométricos: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera	102
Geometria analítica no plano: retas, circunferência e distâncias	111

SUMÁRIO



Trigonometria: razões trigonométricas, funções, fórmulas de transformações trigonométricas, equações e triângulos.....	122
Proporcionalidade : Grandezas proporcionais	134
Finanças: Porcentagem. Acréscimos e descontos. Juros: Capitalização simples e Capitalização composta	139
Tratamento da Informação: Estatística: Estatística descritiva, resolução de problemas-tabelas, medidas de tendência central e medidas de dispersão. Gráficos estatísticos usuais	144
Resolução de problemas envolvendo frações, conjuntos, porcentagens, sequências (com números, com figuras, de palavras)	157
Questões	171
Gabarito.....	180

INFORMÁTICA

Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos (Word, Writer) planilhas (Excel, Calc) e apresentações (PowerPoint, Impress); Microsoft Office (versão 2007 e superiores) e LibreOffice (versão 5.0 e superiores)	1
Sistemas operacionais Windows 7, Windows 10 e Linux. Organização e gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas. Atalhos de teclado, ícones, área de trabalho e lixeira	42
Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet e intranet.....	81
Correio eletrônico	88
Computação em nuvem	93
Certificação e assinatura digital.....	97
Segurança da Informação	99
Componentes de um computador. Dispositivos de armazenamento, processadores-memórias e periféricos	102
Questões	108
Gabarito.....	117

CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS

Domínio na construção e na aplicação de conceitos das diversas áreas de conhecimento para compreender os processos histórico e geográfico internacional, nacional e regional diante da problemática mundial.....	1
Análise crítica e reflexiva de conjunturas econômicas, sociais, políticas, sociológicas, filosóficas, científicas e culturais que permitam valorizar os acontecimentos do passado como recurso ao entendimento do mundo atual	3

SUMÁRIO



Compreensão da organização do espaço geográfico onde a natureza e a sociedade interagem e identificam-se, através das relações entre seres humanos e meio ambiente.....	5
Contribuições que incluem aspectos diversificados das relações filosóficas, sociológicas, culturais, geográficas, históricas, econômicas, científicas e políticas para a formação das sociedades e suas inter-relações	8
Os sistemas econômicos - a propriedade e a produção	11
O homem no espaço global e suas relações com os bens materiais e valores sociais.	14
O conhecimento como forma de poder	16
Visão unificada do mundo físico, químico e biológico, com base nos aspectos do funcionamento e da aplicação de conhecimentos a situações encontradas na vida cotidiana.....	19
Estabelecimento de relações entre os vários fenômenos e as principais leis e teorias da Física, relacionando o conhecimento e a compreensão de seus princípios, leis e conceitos fundamentais à vida prática	21
Identificação de compostos químicos, correlacionando estruturas, propriedades e utilização tecnológicas	23
Aplicações modernas de materiais e de substâncias químicas	26
Realização de cálculos envolvendo variáveis, tabelas, equações, gráficos, a partir de leis e de princípios de conhecimentos químicos relacionados à vida diária	28
Compreensão da organização da vida em seus diferentes níveis de expressão. Interpretação da biodiversidade manifesta as estruturas especializadas de plantas e de animais	32
Análise do potencial de utilização de ecossistemas naturais.....	34
A Vida em seu contexto ecológico - Os fundamentos da ecologia: a biosfera, a grande teia da vida	37
As estratégias ecológicas de sobrevivência.....	39
Interferência do Homem na dinâmica dos ecossistemas	42
Saúde como compreensão de vida - As epidemias e as endemias no Brasil	45
A natureza mutável e repleta de transformações contínuas	48
A tecnologia a serviço do desenvolvimento social e da manutenção da vida no Planeta.....	51
Questões	54
Gabarito.....	58

DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos princípios fundamentais	1
Dos direitos e garantias fundamentais: Dos direitos e deveres individuais e coletivos; Da nacionalidade; Dos direitos políticos.....	2
Da organização do Estado: Da Administração Pública; Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	16

SUMÁRIO



Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: Das Forças Armadas; Da segurança pública	26
Constituição do Estado da Bahia: Dos servidores públicos militares; Do Poder Executivo: Das Disposições Gerais; Das atribuições do Governador do Estado; Da Justiça Militar; Da Segurança Pública; Da Família; Dos Direitos Específicos da Mulher; Da Criança e do Adolescente; Do Idoso; Do Deficiente; Do Negro; Do Índio.....	29
Questões	39
Gabarito.....	46

DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos/1948.....	1
Convenção Americana sobre Direitos Humanos/1969 (Pacto de São José da Costa Rica) (arts. 1º ao 32)	5
Convenção Internacional Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (Decreto nº 65.810/69)	15
Convenção Sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (Decreto nº 4.377/02)	24
Estatuto da Igualdade Racial e de Combate a Intolerância Religiosa (Lei Estadual nº 13.182/14)	35
Questões	49
Gabarito.....	57

DIREITO ADMINISTRATIVO

Princípios fundamentais da administração pública	1
Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder	7
Atos administrativos: Conceito; atributos; requisitos; classificação; Extinção.....	17
Organização administrativa: Órgãos públicos: conceito e classificação; Entidades administrativas: conceito e espécies.....	34
Agentes públicos: classificação.....	40
Regime jurídico do militar estadual: Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia (Lei Estadual n.º 7.990/01 - arts 1º ao 92)	59
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n.º 13.709/2018 – arts 1º ao 32)	81
Questões	92
Gabarito.....	98

SUMÁRIO



DIREITO PENAL

Da aplicação da lei penal: Lei penal no tempo; Lei penal no espaço	1
Do crime: Elementos; Consumação e tentativa; Desistência voluntária e arrependimento eficaz; Arrependimento posterior; Crime impossível	12
Causas de exclusão de ilicitude e culpabilidade	19
Dos crimes contra a pessoa (homicídio, feminicídio, lesão corporal, calúnia, difamação e injúria); Dos crimes contra a liberdade pessoal (constrangimento ilegal, ameaça, sequestro e cárcere privado).....	49
Dos crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, apropriação indébita, receptação).....	94
Dos crimes contra a dignidade sexual (estupro, importunação sexual, assédio sexual, estupro de vulnerável, corrupção de menores).....	131
Dos crimes contra a paz pública (incitação ao crime, apologia de crime ou criminoso)	152
Dos crimes contra a administração pública (peculato e suas formas, concussão, corrupção passiva, prevaricação, condescendência criminosa, resistência, desobediência, desacato, corrupção ativa, contrabando).....	156
Questões	186
Gabarito.....	193

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Princípios do Processo Penal.....	1
Inquérito Policial	7
Da Prova: conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito	20
Da Prisão (arts 283 a 309 do CPP).....	51
Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n.º 3.688/41)	58
Contravenções penais a prática de atos resultantes de preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil (Lei nº 7.437/85).....	66
Lei nº 13.869/19 (Das sanções de natureza civil e administrativa; Dos crimes e das penas).....	67
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90 – arts. 1º ao 6º; 15 a 18- B; 98 a 130; 225 a 258)	75
Lei que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor (Lei nº 7.716/89)	91
Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/15 – arts 1º a 13; 88 a 91)	94
Crimes de Tortura (Lei n.º 9.455/97)	99
Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/03 – arts 1º ao 10).....	100
Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06).....	102
Lei que institui o sistema nacional de políticas públicas sobre drogas (Lei n.º 11.343/06 – arts 1º ao 4º, 33 ao 39).....	114
Questões	117
Gabarito.....	124

SUMÁRIO



DIREITO PENAL MILITAR

Dos crimes militares em tempo de paz: Dos crimes contra a autoridade ou disciplina militar (Do motim e da revolta; Da aliciação e do incitamento; Da violência contra superior ou militar de serviço; do desrespeito a superior e a símbolo nacional ou a farda; Da insubordinação, Da resistência).....	1
Dos crimes contra o serviço militar e o dever militar (Insubmissão, Criação ou simulação de incapacidade física; Da deserção – arts 187 a 194; Abandono de posto; Descumprimento de missão, Embriaguez em serviço, Dormir em serviço)	8
Dos crimes contra a Administração Militar (Do desacato e da desobediência)	9
Questões	14
Gabarito.....	17

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Do Inquérito Policial Militar	1
Da prisão em flagrante	10
Da deserção em geral: Do processo de deserção do oficial; Do processo de deserção de praça com ou sem graduação e de praça especial.....	14
Questões	15
Gabarito.....	19

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas.

Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender.

Compreender um texto é captar, de forma objetiva, a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor.

Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

*FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos*

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





A habilidade de interpretar textos verbais e não-verbais é essencial para compreender informações em diversos contextos. Este tema é amplamente explorado em concursos públicos, especialmente na área de Educação, exigindo competências analíticas e interpretativas.

TEXTOS VERBAIS E NÃO-VERBAIS: DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS

▪ **Textos verbais:** Utilizam palavras, seja na forma escrita ou falada, para transmitir uma mensagem. Exemplos: livros, cartas, discursos.

▪ **Características:** dependem de vocabulário e contexto; apresentam sequência lógica.

▪ **Textos não-verbais:** Comunicam-se por meio de imagens, símbolos, cores e outros elementos gráficos. Exemplos: sinais de trânsito, logotipos, diagramas.

▪ **Características:** transmitem significado visual; frequentemente demandam análise do contexto cultural e social.

Estratégias de Interpretação:

▪ **Compreensão isolada e integrada:** Ler o texto verbal e interpretar o não-verbal, buscando conexões entre eles.

▪ **Análise de elementos-chave:** Identificar palavras, imagens ou símbolos centrais que guiem o entendimento.

▪ **Contextualização:** Avaliar o público-alvo, o propósito comunicativo e o cenário em que o texto está inserido.

Exemplos Práticos e Aplicações:

▪ **Charges:** Interpretar como o texto verbal complementa a imagem para criar humor ou crítica.

▪ **Propagandas:** Analisar como slogans (texto verbal) e imagens reforçam a mensagem publicitária.

▪ **Infográficos:** Examinar a relação entre dados visuais e explicações escritas para compreender o conjunto.

ESTRATÉGIAS DE INTERPRETAÇÃO

Interpretar textos verbais e não-verbais exige uma combinação de habilidades analíticas, sensibilidade ao contexto e prática. As estratégias a seguir são fundamentais para compreender mensagens, especialmente em textos que mesclam elementos visuais e linguísticos.

► Leitura Isolada e Integrada

Leitura Isolada:

- Analise os componentes verbais (palavras, frases) e não-verbais (imagens, gráficos) separadamente.
- Identifique o conteúdo principal de cada elemento.

Leitura Integrada:

- Relacione os elementos verbais e não-verbais, buscando complementaridade.
- Pergunte-se como um reforça ou esclarece o outro para formar o significado completo.

Exemplo:

▪ Em uma propaganda, leia o slogan (texto verbal) e observe como as cores e imagens reforçam a mensagem emocional ou prática.



Uma proposição é um conjunto de palavras ou símbolos que expressa um pensamento ou uma ideia completa, transmitindo um juízo sobre algo. Uma proposição afirma fatos ou ideias que podemos classificar como verdadeiros ou falsos. Esse é o ponto central do estudo lógico, onde analisamos e manipulamos proposições para extrair conclusões.

Valores Lógicos

Os valores lógicos possíveis para uma proposição são:

- **Verdadeiro (V)**, caso a proposição seja verdadeira.
- **Falso (F)**, caso a proposição seja falsa.

Os valores lógicos seguem três axiomas fundamentais:

- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplo: “Hoje é segunda-feira” é a mesma proposição em qualquer contexto lógico.

- **Princípio da Não Contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

Exemplo: “O céu é azul e não azul” é uma contradição.

- **Princípio do Terceiro Excluído:** toda proposição é ou verdadeira ou falsa, não existindo um terceiro caso possível. Ou seja: “Toda proposição tem um, e somente um, dos valores lógicos: V ou F.”

Exemplo: “Está chovendo ou não está chovendo” é sempre verdadeiro, sem meio-termo.

Classificação das Proposições

Para entender melhor as proposições, é útil classificá-las em dois tipos principais:

• Sentenças Abertas

São sentenças para as quais não se pode atribuir um valor lógico verdadeiro ou falso, pois elas não exprimem um fato completo ou específico. São exemplos de sentenças abertas:

- Frases interrogativas: “Quando será a prova?”
- Frases exclamativas: “Que maravilhoso!”
- Frases imperativas: “Desligue a televisão.”
- Frases sem sentido lógico: “Esta frase é falsa.”

• Sentenças Fechadas

Quando a proposição admite um único valor lógico, verdadeiro ou falso, ela é chamada de sentença fechada. Exemplos:

- Sentença fechada e verdadeira: “ $2 + 2 = 4$ ”
- Sentença fechada e falsa: “O Brasil é uma ilha”

Proposições Simples e Compostas

As proposições podem ainda ser classificadas em simples e compostas, dependendo da estrutura e do número de ideias que expressam:



MICROSOFT OFFICE

O Microsoft Office é um pacote de aplicativos que conta com soluções para processamento de texto, planilha de cálculos, apresentações gráficas, aplicativos de e-mails e etc¹. O anúncio do pacote foi efetuado por Bill Gates em agosto de 1988 em Las Vegas, na Comdex. Na primeira versão, tinha apenas três aplicativos: Word, Excel e PowerPoint.

Caso um computador não tenha o programa instalado, não tem problema, já que há também o serviço de nuvem. Ou seja, você conseguirá usar o serviço a partir da Internet. Além disso, ele é integrado com o OneDrive, permitindo que os arquivos sejam acessados em diferentes dispositivos. Os programas também são compatíveis com telas sensíveis ao toque.

Um dos propósitos do pacote Office é acrescentar ao número de funcionalidades que seus programas têm. Há várias versões disponibilizadas para venda, dependendo do perfil do usuário e da quantidade de programas desejados. Depois de fechar parceria com fabricantes de *tablets* que funcionam por Android, o Office já vem instalado nos dispositivos de várias marcas, como Samsung, LG e Dell.

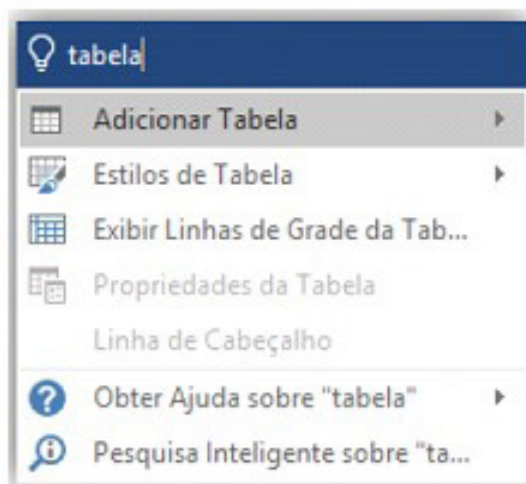
• WORD 2016

Essa versão de editor de textos vem com novas ferramentas e novos recursos para que o usuário crie, edite e compartilhe documentos de maneira fácil e prática².

O Word 2016 está com um visual moderno, mas ao mesmo tempo simples e prático, possui muitas melhorias, modelos de documentos e estilos de formatações predefinidos para agilizar e dar um toque de requinte aos trabalhos desenvolvidos. Trouxe pouquíssimas novidades, seguiu as tendências atuais da computação, permitindo o compartilhamento de documentos e possuindo integração direta com vários outros serviços da web, como Facebook, Flickr, Youtube, Onedrive, Twitter, entre outros.

Novidades no Word 2016

– **Diga-me o que você deseja fazer:** facilita a localização e a realização das tarefas de forma intuitiva, essa nova versão possui a caixa Diga-me o que deseja fazer, onde é possível digitar um termo ou palavra correspondente a ferramenta ou configurações que procurar.



¹ https://www.stoodi.com.br/blog/2018/12/26/pacote-office-o-que-e-como-baixar/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=Search-dsa-purchase&utm_content=54491818507&utm_term=to-das-as-paginas&gclid=CjwKC&ajwndvIBRANEiwABrR32EIKW2VdDxOBh_7Ru--piHmEzri5J7_-hhkVn0Py6P-cYOLuMWrvYuhoCkmgQAvD_BwE

² <http://www.popescolas.com.br/eb/info/word.pdf>



► Contextualização dos Processos Históricos e Geográficos

A análise dos processos históricos e geográficos do Brasil e sua interação com o cenário mundial é fundamental para entender as transformações que moldaram a sociedade contemporânea. Desde o período colonial, o Brasil esteve inserido em uma rede global de interações econômicas, políticas e culturais, como a exploração de recursos naturais e o comércio transatlântico, que tiveram impactos duradouros na formação de sua identidade nacional e na organização regional.

No contexto histórico, a economia açucareira e a mineração não apenas vincularam o Brasil às potências europeias, como também estabeleceram uma base de desigualdades sociais que perduram até hoje. Já no século XX, a industrialização e as mudanças políticas – como o processo de redemocratização – demonstraram como os fatores regionais e internacionais influenciam a trajetória nacional.

Do ponto de vista geográfico, o Brasil apresenta características únicas devido à sua vastidão territorial, recursos naturais e diversidade cultural. No entanto, essas potencialidades também geram desafios relacionados à integração regional e às tensões ambientais em um cenário global cada vez mais marcado pela crise climática e por disputas geopolíticas.

Assim, compreender o entrelaçamento entre história e geografia é essencial para interpretar as dinâmicas internacionais, nacionais e regionais. Esse entendimento permite visualizar como o Brasil participa da problemática mundial contemporânea, seja como exportador de commodities, protagonista ambiental, ou um país em busca de maior equidade social.

Com essa base introdutória, seguimos para a análise das interconexões históricas e geográficas entre o Brasil e o mundo.

INTERCONEXÃO ENTRE O BRASIL E OS CENÁRIOS INTERNACIONAL E REGIONAL

A história do Brasil está intrinsecamente conectada aos movimentos históricos e geográficos que moldaram o mundo. Desde sua colonização até o contexto global contemporâneo, o Brasil interagiu com sistemas econômicos, culturais e políticos internacionais, enquanto suas peculiaridades regionais influenciaram profundamente a forma como o país se integrou a essas dinâmicas.

► Transformações Socioeconômicas e Políticas

Ao longo da história, o Brasil desempenhou diferentes papéis no cenário internacional, adaptando-se às mudanças globais. Durante o período colonial, foi um importante fornecedor de matérias-primas para a economia europeia, como o açúcar e o ouro, conectando-se às metrópoles por meio do mercantilismo. Essas interações estabeleceram um modelo econômico baseado na exploração de recursos e na dependência externa, cujos efeitos ainda são sentidos.

No século XIX, o Brasil se destacou como maior exportador de café, consolidando uma economia agroexportadora que se alinhava ao mercado internacional. No entanto, essa integração econômica reforçou desigualdades internas, especialmente em regiões como o Nordeste e o Sudeste, e alimentou a concentração de renda e terras, problemas que persistem no Brasil contemporâneo.

Já no século XX, o processo de industrialização brasileiro foi fortemente influenciado por eventos internacionais, como as guerras mundiais e a Grande Depressão. Durante o governo de Getúlio Vargas, o Brasil buscou reduzir sua dependência externa com políticas de substituição de importações, mas a industrialização acentuou os contrastes regionais, fortalecendo áreas urbanas e industriais, enquanto regiões rurais permaneciam subdesenvolvidas.



— Dos Princípios Fundamentais

Forma, Sistema e Fundamentos da República

– Papel dos Princípios e o Neoconstitucionalismo

Os princípios abandonam sua função meramente subsidiária na aplicação do Direito, quando serviam tão somente de meio de integração da ordem jurídica (na hipótese de eventual lacuna) e vetor interpretativo, e passam a ser dotados de elevada e reconhecida normatividade.

– Princípio Federativo

Significa que a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia, caracteriza por um determinado grau de liberdade referente à sua organização, à sua administração, à sua normatização e ao seu Governo, porém limitada por certos princípios consagrados pela Constituição Federal.

– Princípio Republicano

É uma forma de Governo fundada na igualdade formal entre as pessoas, em que os detentores do poder político exercem o comando do Estado em caráter eletivo, representativo, temporário e com responsabilidade.

– Princípio do Estado Democrático de Direito

O Estado de Direito é aquele que se submete ao império da lei. Por sua vez, o Estado democrático caracteriza-se pelo respeito ao princípio fundamental da soberania popular, vale dizer, funda-se na noção de Governo do povo, pelo povo e para o povo.

– Princípio da Soberania Popular

O parágrafo único do Artigo 1º da Constituição Federal revela a adoção da soberania popular como princípio fundamental ao prever que *“Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”*.

– Princípio da Separação dos Poderes

A visão moderna da separação dos Poderes não impede que cada um deles exerça atipicamente (de forma secundária), além de sua função típica (preponderante), funções atribuídas a outro Poder.

Vejamos abaixo, os dispositivos constitucionais correspondentes ao tema supracitado:

TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui - se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; (Vide Lei nº 13.874, de 2019)



DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

PREÂMBULO

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo,

Considerando que o desprezo e o desrespeito pelos direitos humanos resultaram em atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade e que o advento de um mundo em que mulheres e homens gozem de liberdade de palavra, de crença e da liberdade de viverem a salvo do temor e da necessidade foi proclamado como a mais alta aspiração do ser humano comum,

Considerando ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão,

Considerando ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações,

Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta, sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla,

Considerando que os Países-Membros se comprometeram a promover, em cooperação com as Nações Unidas, o respeito universal aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano e a observância desses direitos e liberdades,

Considerando que uma compreensão comum desses direitos e liberdades é da mais alta importância para o pleno cumprimento desse compromisso,

Agora portanto a Assembleia Geral proclama a presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade tendo sempre em mente esta Declaração, esforce-se, por meio do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Países-Membros quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

ARTIGO 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

ARTIGO 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

2. Não será também feita nenhuma distinção fundada na condição política, jurídica ou internacional do país ou território a que pertença uma pessoa, quer se trate de um território independente, sob tutela, sem governo próprio, quer sujeito a qualquer outra limitação de soberania.



Direito Administrativo

Breve Introdução

Podemos considerar o Direito Administrativo como um ramo autônomo do Direito que se encontra dependente de um acoplado de regras e princípios próprios. Todavia, ainda não existe uma norma codificada, não havendo, desta forma, um Código de Direito Administrativo.

Por esta razão, as regras que regem a atuação da Administração Pública em sua relação com os administrados, seus agentes públicos, organização interna e na prestação de seus serviços públicos, encontram-se esparsas no ordenamento jurídico pátrio, onde a principal fonte normativa é a Constituição Federal.

O regime jurídico brasileiro possui dois princípios justificadores das prerrogativas e restrições da Administração, sendo eles, o princípio da Supremacia do Interesse Público e o princípio da Indisponibilidade do Interesse Público.

Sobre o tema em estudo, a jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro ensina que há diferenças relevantes entre o regime jurídico da Administração Pública e o regime jurídico administrativo.

Vejamos:

REGIME JURÍDICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO
– É um regime mais abrangente – Consiste nas regras e princípios de direito público e privado por meio dos quais, a Administração Pública pode se submeter em sua atuação	– É um regime reservado para as relações jurídicas incidentes nas normas de direito público – O ente público assume uma posição privilegiada em relação ao particular

Princípios de Direito Administrativo

Os princípios de direito administrativo são regras que direcionam os atos da Administração Pública. Os princípios podem vir expressos na Constituição Federal, bem como também podem ser implícitos, ou seja, não estão listados na Constituição, porém, possuem a mesma forma normativa.

O artigo 37, caput da Constituição Federal de 1.988, predispõe acerca dos princípios administrativos dispondo que a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Entretanto, é importante ressaltar que o rol de princípios constitucionais do Direito Administrativo não se exaure no art. 37, *caput* da CFB/988, sendo estes, os já mencionados princípios implícitos.

Princípios Expressos

São os seguintes: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência.

Vejamos em apartado, cada um deles:

Legalidade

Por meio do princípio da legalidade, a Administração Pública só pode atuar conforme a lei, tendo em vista que todas as suas atividades se encontram subordinadas à legislação.

Ressalta-se que de modo diverso da Legalidade na seara civil, onde o que não está proibido está permitido, nos termos do art.5º, II, CFB/88, na Legalidade Administrativa, o administrado poderá atuar somente com prévia autorização legal, haja vista que não havendo autorização legal, não poderá a Administração agir.



— Lei Penal no Tempo

A eficácia da Lei Penal no Tempo¹ encontra-se no art. 2.º do Código Penal, que diz:

Art. 2.º *Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.*

Parágrafo único. *A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.*

Vigência e revogação da lei penal

A lei penal, como todas as demais leis do ordenamento jurídico, entra em vigor na data nela indicada. Se não houver indicação na própria lei, aplica-se o disposto no art. 1.º, caput, da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, que estabelece o prazo de 45 dias, após a publicação oficial, para que a lei entre em vigor no Brasil.

Denomina-se *vacatio legis* o período compreendido entre a publicação oficial da lei e sua entrada em vigor. Durante o período de *vacatio legis* aplica-se a lei que está em vigor.

Segundo o princípio do *tempus regit actum*, desde que a lei entra em vigor até que cesse sua vigência, rege ela todos os fatos abrangidos pela sua destinação.

Em regra, a lei permanecerá em vigor até que outra a modifique ou revogue, segundo o disposto no art. 2.º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a não ser que ela se destine a vigência temporária.

A lei penal também não se aplica a fatos anteriores à sua vigência, sendo, portanto, irretroativa.

A regra estampada no art. 2.º, parágrafo único, do Código Penal, entretanto, permite à lei penal retroagir, quando for para beneficiar o réu, postulado que se encontra garantido no art. 5.º, XL, da Constituição Federal.

Conflito de leis penais no tempo

Como conciliar a vigência e a revogação sucessivas de leis penais no ordenamento jurídico, cada qual tratando do crime de forma diversa?

Para a solução dessa questão, temos dois princípios que regem os conflitos de direito intertemporal:

– O princípio da irretroatividade da lei mais severa, segundo o qual a lei penal mais severa nunca retroage para prejudicar o réu;

– O princípio da retroatividade da lei mais benigna, segundo o qual a lei penal mais benigna sempre retroage para beneficiar o réu.

Hipóteses de conflitos de leis penais no tempo

Existem quatro hipóteses de conflitos de leis penais no tempo:

a) *abolitio criminis*, que ocorre quando a nova lei suprime normas incriminadoras anteriormente existentes, ou seja, o fato deixa de ser considerado crime;

b) *novatio legis incriminadora*, que ocorre quando a nova lei incrimina fatos antes considerados lícitos, ou seja, o fato passa a ser considerado crime;

c) *novatio legis in pejus*, que ocorre quando a lei nova modifica o regime penal anterior, agravando a situação do sujeito;

d) *novatio legis in melius*, que ocorre quando a lei nova modifica o regime anterior, beneficiando o sujeito.

¹ Andreucci, Ricardo. *Manual de direito penal*. (16th edição). SRV Editora LTDA, 2024.



Direito Processual Penal



Direito Processual Penal

— Princípios Processuais Penais

Princípio da Presunção de Inocência ou da Não Culpabilidade

Do princípio da presunção de inocência (*“todo acusado é presumido inocente até que se comprove sua culpabilidade”*) emanam quatro regras:

a) Regra probatória: cabe a quem acusa o ônus de provar legalmente e judicialmente a culpabilidade do imputado. Esta parte do princípio está na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (art. 8º) e no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (art. 14). Não existe presunção de veracidade dos fatos narrados em função da revelia, leia-se, não existe confissão ficta no processo penal, nem sequer quando o acusado não contesta os fatos descritos na peça acusatória.

b) Regra de tratamento: o acusado não pode ser tratado como condenado antes do trânsito em julgado final da sentença condenatória (CR, art. 5º, LVII).

c) Regra de julgamento ou valoração das provas:

d) Excepcionalidade das medidas cautelares:

À defesa restaria a demonstração da eventual presença de fatos caracterizadores de excludente de ilicitude e culpabilidade, cuja presença fosse por ela alegada. Sobre os inquéritos e ações penais em curso serem considerados maus antecedentes, o tema encontra-se pacificado. O STF já entendeu o seguinte:

É em razão de tal princípio que “o nome do réu só poderá ser lançado no rol dos culpados” após sentença condenatória transitada em julgado.

Outra repercussão do princípio é no campo das prisões anteriores ao trânsito em julgado. Defende-se, modernamente, que toda privação de liberdade antes do trânsito deve ostentar natureza cautelar, de modo a evitar mera antecipação da pena. Daí a razão pela qual ganhou força a tese de que a privação de liberdade antes do trânsito depende de fundamentos concretos e demonstrada a extrema necessidade.

Princípio do Favor Rei

Trata-se de um princípio com sérias aplicações práticas: 1) na dúvida, em favor do réu; 2) em caso de empate (o que costuma ocorrer no julgamento colegiado de HC), a decisão é em favor do réu.

Por meio de tal princípio, conclui-se que, se existir conflito entre o jus puniendi do Estado e o jus libertatis do acusado, deve prevalecer (na fase final de julgamento) o jus libertatis (in dubio pro reo). Vale dizer, na dúvida absolve-se o imputado. Para Tourinho Filho, este princípio é corolário do princípio da igualdade das partes, na medida em que procura equilibrar a posição do réu frente ao Estado na persecução penal.

Princípio da Imparcialidade do Juiz

O juiz para ser imparcial deve ter garantida a sua independência: independência funcional (é a independência interna dentro da própria magistratura, o juiz decide como achar melhor) e independência política (é a independência do Poder Judiciário frente aos demais Poderes, constituídos – Legislativo e Executivo – e fáticos – imprensa, por exemplo).



— Capítulo I: Do Motim e da Revolta

Os crimes de motim e revolta são tratados nos artigos 149 a 153 do Código Penal Militar (CPM) e configuram graves infrações contra a hierarquia e a disciplina, que são pilares das instituições militares. Estes delitos, em sua essência, refletem situações de insubordinação coletiva que colocam em risco a coesão e a prontidão operacional das Forças Armadas e Auxiliares. A seguir, analisaremos detalhadamente esses crimes e os dispositivos correlatos.

Motim (Art. 149 do CPM)

O motim caracterize-se pela reunião de militares em quatro situações específicas:

1. Agir contra ordens recebidas de superior ou negarse a cumprilas: Trata-se da insubordinação coletiva em desacordo direto com ordens superiores, violando a hierarquia.

2. Recusa conjunta de obediência ou prática de violência contra superior: Aqui, há um componente de ação coletiva que pode envolver desobediência ou a imposição de resistência física.

3. Consentir em atos de recusa ou violência conjunta: A aquiescência com práticas de insubordinação coletiva também configura motim, ainda que o indivíduo não atue ativamente.

4. Ocupação de instalações ou uso de meios militares para desobediência ou violência: Inclui invasão ou ocupação de locais estratégicos como quartéis, hangares ou navios, comprometendo a ordem e a disciplina militar.

Revolta (Art. 149, Parágrafo Único do CPM)

A revolta é uma forma qualificada de motim que ocorre quando os agentes estão armados durante a prática do delito. Este agravante reflete o aumento do potencial ofensivo e do risco que a conduta representa à segurança e à disciplina militar.

Pena: A reclusão é de 8 a 20 anos, com aumento de um terço para os líderes.

Organização de Grupo para a Prática de Violência (Art. 150 do CPM)

Este delito consiste na reunião de dois ou mais militares com armamento ou material bélico de propriedade militar para a prática de violência contra pessoas ou bens, públicos ou privados. Não é necessário que a violência seja praticada dentro de instalações militares, bastando a presença de militares armados e o intento de promover ações violentas.

Pena: Reclusão de 4 a 8 anos.

Omissão de Lealdade Militar (Art. 151 do CPM)

A omissão de lealdade militar ocorre quando um militar, ao tomar conhecimento da preparação de motim ou revolta, deixa de informar ao superior hierárquico ou, ao presenciar o ato criminoso, não utiliza os meios ao seu alcance para impedir sua execução.

Esta norma reforça o dever de lealdade à instituição e a obrigação de agir ativamente para preservar a ordem e a disciplina militar.



Inquérito policial militar (IPM)¹

O inquérito policial militar (IPM) é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria. É um procedimento administrativo e inquisitivo, que obedece a uma sequência lógica prevista no CPPM, tendo por propósito a apuração de materialidade e indícios de autoria de eventual crime militar e, assim, proporcionar ao MINISTÉRIO Público Militar (MPM) o máximo de elementos possíveis à propositura da ação penal militar.

Ressalta-se que o Auto de Prisão em Flagrante (APF) constituirá o IPM, se contiver os elementos suficientes para elucidação do fato e sua autoria, conforme preceitua o art. 27 do CPPM.

Art. 27. *Se, por si só, for suficiente para a elucidação do fato e sua autoria, o auto de flagrante delito constituirá o inquérito, dispensando outras diligências, salvo o exame de corpo de delito no crime que deixe vestígios, a identificação da coisa e a sua avaliação, quando o seu valor influir na aplicação da pena. A remessa dos autos, com breve relatório da autoridade policial militar, far-se-á sem demora ao juiz competente, nos termos do art. 20.*

Natureza: O Inquérito Policial Militar tem natureza de instrução provisória.

Apesar do parágrafo único do art. 9º do CPPM aduzir que os exames, perícias e avaliações realizadas, regularmente, no curso do IPM sejam “efetivamente instrutórios da ação penal”, deve-se atentar para o fato de que *não há exercício do contraditório e da ampla defesa*, durante o inquérito, razão pela qual as conclusões dessas perícias e avaliações devem ser consideradas com a devida cautela e sob o crivo do contraditório, durante o processo.

A condenação criminal de qualquer pessoa, tomando por base, exclusivamente, elementos informativos realizados na fase de Inquérito Policial, conforme o art. 5º, inciso LV, da CF/1988, mostra-se inadmissível, tendo em vista que tais elementos são colhidos na fase investigativa, sem a necessária participação dialética das partes, ou seja, sem a obrigatória observância do contraditório e da ampla defesa.

Tal assertiva não importa em desconsiderar a importância e a legitimidade da utilização desses exames, perícias e avaliações na fase processual, seja porque há aqueles, como o exame necroscópico, colheita de impressões dactiloscópicas no local do crime, que embora não possam ser postergados, poderão ser sempre questionados judicialmente.

Eventuais irregularidades constatadas no curso do IPM não tem o potencial de causar nulidade ao processo penal que lhe suceda, uma vez que as nulidades processuais dizem respeito aos atos praticados em sede judicial e não extraprocessual.

O IPM será sempre instaurado por meio de portaria administrativa da autoridade de PJM, para a apuração do crime militar e de sua autoria. A instauração será de ofício, quando a própria autoridade tomar, diretamente, conhecimento do fato, em tese, caracterizado como crime militar, e provocada quando tal conhecimento ocorra de forma indireta.

Hipóteses de instauração de IPM

O art. 10 do CPPM estabelece seis hipóteses que justificam a instauração de IPM, a saber:

a) De ofício, pela autoridade militar em cujo âmbito de jurisdição ou comando haja ocorrido a infração penal, atendida a hierarquia do infrator.

¹ Carvalho, Alexandre Reis, D. e Amauri da Fonseca Costa. *Direito Processual Penal Militar. (Coleção Método Essencial). (2nd edição). Grupo GEN, 2022.*